

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DO CERTAME (MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO) Nº 00026/2015 REFERENTE À LICITAÇÃO PROMOVIDA PELA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO – DF - CODEVASF (EDITAL DE LICITAÇÃO nº 26/15)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00026/2015
(Edital de Licitação nº 26/15)**

GEMELO DO BRASIL S/A (“Gemelo”), já devidamente qualificada nos autos do certame em epígrafe, vem respeitosamente à presença de V. Sa., com fundamento no item 12 e seguintes do Edital e no art. 26 do Dec. nº 5.450/2005, apresentar suas **RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão deste Ilmo. Pregoeiro, de 06/01/2016, que a desclassificou, pelos fundamentos de fato e de direito demonstrados abaixo.

I. TEMPESTIVIDADE

1. Considerando: (i) o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões de recurso; e que (ii) que a Gemelo apresentou sua intenção de recurso no dia 12/01/2016, o prazo para apresentação das razões de recurso administrativo vence na presente data, dia 15/01/2016.
2. Portanto, inquestionável a tempestividade do presente recurso administrativo da Gemelo, nos termos do item 12 do Edital.

II. RAZÕES DE RECURSO DA GEMELO

3. A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - DF abriu processo licitatório para contratar empresa especializada em Serviço de suporte à sala-Cofre certificada conforme Norma ABNT NBR-15247, para a prestação de serviços de suporte técnico on site, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, com manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, incluindo a substituição de componentes, para Sala-Cofre

localizada no Edifício Sede da Codevasf.. Realizado o certame, a Gemelo foi vencedora da fase de lances com o lance de R\$ 544.975,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais).

4. Na a fase de habilitação e verificação de documentos técnicos, o pregoeiro entendeu por bem desclassificar Gemelo sob o falso fundamento de que: (i) os serviços apresentados pela Gemelo não corresponderiam à manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre certificada pela ABNT 15.247. Nessa esteira, a Gemelo foi indevidamente desclassificada por ter supostamente descumprido os requisitos do Edital ora apontados e, ato contínuo, a empresa ROCHA BRESSAN ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, segunda colocada no certame, fora desclassificada pelo mesmo argumento apresentado pela pregoeira para empresa Gemelo. declarada vencedora pelo Ilmo. Pregoeiro. Por seguinte, fora convocada a terceira colocada, empresa GLS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, sendo desclassificada em 11/01/2016 pelos mesmos argumentos apresentados acima. Desta feita, foi convocada a quarta colocada empresa ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A, sendo declarada vencedora no dia 12/01 de 2016.

5. Todavia, conforme será demonstrado abaixo, a desclassificação da Gemelo mostrou-se ilegal e injustificada. A exigência de serviços de manutenção certificados pela ABNT 15.247 é ilegal e caracteriza reserva de mercado à Aceco (única empresa certificada pela ABNT para tanto), ou seja a empresa ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A, conforme suscitado pela empresa ACECO por meio de representação junto ao Ministério Público Federal **(Doc 1)** ratifica entendimento que a empresa ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A não faz jus a norma técnica NBR 15247, por outro lado as informações contidas nos atestados apresentados pela Gemelo permitem verificar que esta está plenamente apta a desempenhar os serviços para os quais será contratada.

(i) Exigência indevida de que os Serviços de Manutenção certificados pela ABNT 15.247

6. Mostra-se flagrantemente ilegal a desclassificação da Gemelo fundamentada na ausência de certificação da ABNT, nos termos da norma 15.247, dos serviços de manutenção propostos pela Gemelo.

7. O objeto da licitação era a contratação de empresa com capacidade técnica suficiente para prestação de serviços de suporte à sala-Cofre certificada conforme Norma ABNT NBR-15247, a ser prestado por empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico “on site”, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7(sete) dias por semana, inclusive feriados, com manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, incluindo a substituição de componentes, para Sala-Cofre localizada no Edifício Sede da **Codevasf**. A Gemelo demonstrou que possui a referida capacidade técnica (conforme atestados técnicos acostados) e também deixou claro que prestaria os serviços de manutenção 7 (sete) dias por semana e 24 (vinte e quatro) horas por dia. Ou seja, a Gemelo atende à finalidade da licitação.

8. A **desclassificação por ausência de certificação técnica específica – no caso, prestada pela ABNT – é ilegal** por constituir restrição à competitividade entre as licitantes. Tal argumento poderia ser utilizado apenas como critério de desempate entre as licitantes e não como critério de desclassificação. Eis o entendimento manifestado em recentíssimo precedente da Justiça Federal do Rio de Janeiro que elenca inúmeros julgados do Tribunal de Contas da União:

“A comprovação de aptidão técnica, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente, está prevista na Lei de Licitações, em seu art. 30, inciso II, §1º. A regra tem por objetivo resguardar a Administração Pública no que diz com a capacidade técnica operacional das empresas com as quais vai celebrar contratos.

Ocorre que exigir das empresas concorrentes uma específica certificação técnica, para fins de habilitação, de fato limita em demasia a competitividade e apropria isonomia, principalmente quando se constata que apenas uma empresa possui a certificação exigida.

O Tribunal de Contas da União tem posicionamento consolidado no sentido de que a exigência de certificação emitida pela ABNT, representa restrição desnecessária que limita a competitividade do certame. Para o TCU, semelhante requisito não tem amparo legal e gera restrição indevida à competitividade dos procedimentos licitatórios (acórdãos 512/2009, 2.521/2008, 173/2006, 2.138/2005, do Plenário e 1.278/2006 – 1ª Câmara), devendo ser estipulada, quando cabível apenas como critério classificatório” (g.n.) (JFR) – 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Processo nº 0068753-15.2015.4.02.5101. Juiz Federal Sergio Bocayuva Tavares de Oliveira Dias, j. em 14.07.2015)

“Não tem amparo legal a exigência de apresentação, pelo licitante, de certificado de qualidade ISO - 9001 para fim de habilitação, uma vez que tal exigência não integra o rol de requisitos de capacitação técnica, previstos no art. 30 da Lei nº 8.666/93, aplicável subsidiariamente à Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002). Com base nesse entendimento, o Vice-presidente, atuando em substituição ao relator no período de recesso, reconheceu a presença do requisito do *fumus boni iuris* para o deferimento de medida cautelar em representação formulada ao TCU. A representante sustentava a existência de possível irregularidade no Pregão Eletrônico nº 167/2009, a cargo do Banco Central do Brasil (BACEN), tendo por objeto a prestação de serviços de blindagem nível III -A em dois veículos sedan Hyundai Azera 3.3 automático, de propriedade daquela autarquia federal. Isso porque o item 4.3 do Anexo 2 do edital exigia a comprovação, sob pena de inabilitação, da certificação ISO-9001, o que, segundo a representante, afrontava o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, por não ser tal exigência indispensável à garantia do cumprimento das obrigações assumidas. Além disso, a aludida certificação asseguraria apenas que os procedimentos e a gestão de processos da licitante estariam baseados em indicadores e voltados à satisfação do cliente, não garantindo, em absoluto, o cumprimento ou a prestação do serviço objeto do certame. Considerando, no entanto, que o pregão já teria sido homologado em 26/11/2009 e o respectivo contrato assinado em 09/12/2009, estando, pois, em plena execução, e que qualquer paralisação dos serviços contratados poderia implicar indesejável risco de os carros oficiais de autoridades máximas do BACEN ficarem desprovidos da proteção desejada, o Vice-presidente indeferiu o pedido de medida cautelar, por ausência do requisito do *periculum in mora*, sem prejuízo de determinar que o processo fosse submetido ao relator da matéria para prosseguimento do feito. Precedente citado: Acórdão nº 2.521/2008-Plenário. Decisão monocrática no TC-029.035/2009-8, proferida no período de recesso do Tribunal, pelo Vice-presidente, no exercício da Presidência, Ministro Benjamin Zymler, em substituição ao relator, Min. Walton Alencar Rodrigues, 20.01.2010.”

9. A referida restrição à competitividade fica ainda mais evidente quando se verifica que somente a ACECO possui a referida certificação ABNT 15.247. Mais: a própria denominação “Sala-Cofre” designa uma *marca* da Aceco produto comum no mercado, o Container Data Center,

cujas manutenções são perfeitamente realizadas pela Gemelo, conforme certificado no atestado de capacidade técnica por esta apresentada. Existe documento assinado pelo Gerente de Certificação da ABNT, à época Sr. Sergio Pacheco, com selo de autenticidade do 1º Tabelião de notas de Osasco, que comprova tal situação (conforme notícia anexa **Doc. 02**), ou seja, que apenas a Aceco é certificada para prestar serviços de manutenção de seu próprio produto:

“Declaramos para fins de atendimento às exigências de órgãos da Administração Pública que, até a presente data, a empresa **ACECO TI S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 43.209.436/0001-06, **é a única empresa certificada pela ABNT** para a instalação de um ambiente protegido, Sala Cofre, conforme a norma ABNT NBR 15247:2004, e o procedimento de certificação PE 047.07 comprovado pelos certificados de Conformidade nº 113.001/05 – validade: 07/03/2013 a 18/05/2015 e 113.001/09 – validade: 07/12/2014 a 07/12/2017
Tal certificação abrange também o serviço de manutenção preventiva ou corrida em sala-cofre, sendo necessária para a permanência da certificação do produto que esta atividade seja realizada pela empresa supracitada ou por autorizada desta.” (g.n.)

10. Neste cenário, caso prevaleça a exigência da certificação específica, qualquer que sejam os participantes do certame, apenas a Aceco poderia ser vencedora.

11. Portanto, exigir a certificação específica da ABNT equivale a estabelecer abusiva e indevida reserva de mercado em favor da Aceco, minando qualquer possibilidade de concorrência para a busca da proposta mais vantajosa à Administração, finalidade última do procedimento licitatório. Dessa forma, ilegal a desclassificação da Gemelo por falta de certificação ABNT 15.247.

12. No caso em tela, os atestados técnicos apresentados já são suficientes para cumprir com essa função. A Gemelo presta serviços relacionados à Sala-Cofre tipo B desde o início de suas atividades, sendo a primeira empresa nacional a prestar esse tipo de serviço, conforme demonstram informações públicas:

“Sob esse cenário, uma empresa nacional da área de infraestrutura de TI, a GEMELO, investiu R\$ 2 milhões no desenvolvimento de centros de dados dentro da carcaça de contêineres. Os centros de dados são salas refrigeradas, que funcionam como celeiro de servidores, os computadores de grande porte nos quais são armazenadas informações e programas de empresas. Apesar de ser uma prática relativamente comum entre algumas companhias estrangeiras, como HP, Dell e IBM – que vendem o serviço no Brasil -, é a primeira vez que uma empresa nacional desenvolve um centro de dados em contêiner.” (Valor Econômico, 18/10/2011 – **Doc. 03**)
“Especializada em soluções de Tecnologia e Informação Full Outsourcing (terceirização Completa), a empresa Gemelo Lanço ou primeiro Container Data-Center (CDC) projetado e desenvolvido no país.” (Jornal A Crítica de Manaus) (**Doc. 4**)

13. A Gemelo cumpriu com a determinação do Edital, pois é, claramente, detentora da expertise necessária para a prestação do serviço licitado. Logo, não haveria qualquer razão para a desclassificação da Gemelo.

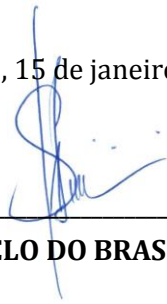
III. CONCLUSÃO

14. Pelas razões acima expostas fica evidenciado que a desclassificação da Gemelo com fundamento no suposto descumprimento do item 9.1.3 do Edital 26/2015 se mostrou injustificada e ilegal, indo de encontro aos melhores interesses da Administração pelos quais o I. Pregoeiro deve zelar. Diante disso, **requer-se a revisão da decisão que desclassificou a Gemelo, devendo esta ser considerada novamente como vencedora do certame.**

15. Subsidiariamente, caso não seja esse o entendimento do Ilmo. Pregoeiro, que as presentes razões de recurso sejam remetidas a órgão julgador de instância superior para apreciação.

Termos em que,
Pede deferimento

São Paulo, 15 de janeiro de 2016.



GEMELO DO BRASIL S/A